

Dia do Professor 2020



Dia do Professor 2020

Por **REMY J. FONTANA***

Inquietações em torno de uma efeméride!

“Os professores abrem a porta, mas você deve entrar por conta própria” (Provérbio chinês sobre Aprendizagem).

Uma efeméride: data para comemorar algo, exaltar alguém, seu nascimento ou o dia de sua morte, algum de seus feitos notáveis; celebrar algum evento, destacar alguma coisa. Comemorar, celebrar, homenagear. Em tempos idos marcava uma inflexão no calendário em que um fato relevante, uma grande conquista, um notável acontecimento mereciam constar dos anais gloriosos de um povo, dos registros históricos de uma nação, da heráldica de um Estado, usualmente como resultado do desempenho aventuroso ou extraordinário dos barões assinalados que das praias de uma certa latitude, por mares nunca de antes navegados, passaram ainda além da Taprobana.

Bem, isto foi no tempo em que as coisas e seus significados mantinham maior compatibilidade semântica, alguma correlação congruente. Não mais. Agora temos dias para celebrar tudo e qualquer coisa e mais um pouco, um calendário comemorativo de A a Z, para todos os gostos e paladares. O cardápio não só é amplo e variado, não precisa ter nada de extraordinário a condimentá-lo e, mais importante, está disponível nas redes varejistas e mesmo por atacado, para distribuição e consumo imediato.

Mais uma dimensão do fazer humano-social, mais uma expressão da cultura dos povos apropriada pelo *merchandising*, capturada pela lógica de fazer dinheiro para alguns poucos, enquanto os muitos outros podem bem ser confortados pelas fanfarras e o acenar das bandeirolas coloridas sob a égide das quais comemora-se o dia do papai, da mamãe, da criancinha, do tiozão ou da tiazinha, da cachorrinha, do amigo, do dentista, do santo ou da santa do dia, da batalha de Itararé; dia da polenta ou do chucrute, da feijoada, ...

Em tempos do que auspiciosamente imaginávamos prevalecer, poderíamos saudar esta generalizada celebração para tudo e para todos como mais um avanço democratizante. Agora, enfim, todos poderíamos ser homenageados com um dia só para si; todos e tudo seriam merecedores de encômios, louvores, aplausos, ovações. Bem, se tal igualitarismo fosse o princípio prevalecente a conceder reconhecimento e dignidade intrínseca a todos, independentemente de funções ou condições, teríamos certamente um avanço civilizatório, este sim digno de ser celebrado. *Pero*, as estruturas que nos enquadram e os processos que determinam nossas possibilidades para o bem viver, numa sociedade razoavelmente “equilibrada”, passam muito ao largo de tais desejados parâmetros.

Feitas estas ressalvas, na condição de professor, reivindico o direito de celebrar em causa própria, extensiva aos meus colegas de docência, o dia 15 de outubro, “Dia do Professor”, no qual por vocação, profissão, ou maldição de alguns ministros, somos homenageados.

Professor, alunos, escolas, currículos, salas de aula, métodos de ensino, avaliações. Contextos locais, políticas públicas, conjunturas governamentais, cultura, ideologias.

Arrolo aqui algumas dimensões que circunscrevem a vida e o trabalho de um professor ou professora. Desconsiderar o conjunto destes aspectos em que se situa a atividade docente, considerar esta isolada, como atributo de indivíduos

singulares vocacionados por uma suposta intrínseca e nobilíssima função é subscrever uma abstração, que como tal pode tanto revestir uma prática ilustrada e dignificante, como seu reverso, um obscurantismo castrador, alienante, manipulador, violentador de personalidades e reproduzidor de estruturas de desigualdades.

Diante de uma conjuntura em que a educação, a pesquisa, a ciência, o conhecimento e a cultura, suas práticas, organizações e instituições em nosso país estão sob o forte impacto de uma camarilha no poder que afronta os termos, os processos, as tradições em que aquelas se exercem segundo parâmetros consagrados, certamente em constante transformação criativa e imaginativa, na esteira do acúmulo secular por esclarecimento, autonomia, ilustração e emancipação, cabe-nos confrontar tais desenvolvimentos com o recurso da crítica e com a disposição política de um “basta”.

Contra tal descaso governamental, contra orientações tão obscurantistas, contra tão desqualificados protagonistas na gestão ministerial, contra uma obtusidade e violência tais que pretendem implantar o jeito e a disciplina castrenses nas escolas, contra um programa ideológico estapafúrdio e danoso às inteligências em formação que se apresenta como “Escola sem partido”, contra toda esta balbúrdia pré-iluminista e protofascista devemos mobilizar energias e estabelecer compromissos em torno de um imperativo, “resistência”.

Resistência contra uma proposta que não é para fazer a juventude avançar, mas que é para deter seu avanço; não é para formar seu espírito mas antes para adaptá-lo a uma ordem regressiva, conformá-lo a valores anacrônicos; não é para liberar energias criativas estimulando inovações e experimentos, mas para discipliná-las, nivelá-las aos conformismos alienantes, obtusos.

Resistir à quartelada nas escolas, resistir ao desamor à ciência e à cultura, resistir ao aprisionamento das inteligências, resistir ao enclausuramento do pensamento, resistir à imbecilidade, à mediocridade, à instrumentalização tosca do saber, resistir à higienização moralista hipócrita, resistir ao patriotismo velhaco, resistir ao encurtamento de horizontes, ao enquadramento do futuro, resistir à desesperança, resistir, resistir, resistir para afirmar a vida, a liberdade, a dignidade, um mundo a descobrir, uma existência a florescer.

É de esperar que não apenas a juventude, mas contingências maiores e crescentes respondam a estas pressões com sólidos compromissos e renovados ímpetus por liberdade e autonomia.

O mundo que desejamos, a sociedade que queremos e a existência feliz que almejamos precisam fundar-se em parâmetros outros que não a exploração do trabalho, a cultura do medo induzido, o fetiche da segurança com os quais se pretendem enquadrar e limitar os prospectos de vida, especialmente a dos jovens. Estes precisam antes de estímulo para enfrentar os desafios de sua educação, atenção a seus talentos, respeito a suas limitações e dificuldades, serem tratados como indivíduos não como autômatos, receptores acríticos de conteúdos estéreis que nada tem a ver com seus desejos, seus projetos, suas habilidades e inclinações.

Professores qualificados e responsáveis, críticos e interessados, que só num ambiente social e institucional democrático, respeitador de direitos e liberdades podem constituir-se como tal, são os agentes necessários para a educação dos jovens segundo estes pressupostos. São exatamente estes pressupostos que agora estão sob o tacho ameaçador de autoritarismos canhestros e de personagens caricatos, mas nem por isto menos perigosos.

Num quadro como este, de ameaças à educação, de afronta a direitos dos professores que mais do que nunca são tratados como pobres-diabos não cabe uma celebração rotineira, uma exaltação retórica vazia sobre sua nobre função; cabe antes denúncia e luta, resistência e mobilização não apenas circunscritas a sua condição e às circunstâncias que cercam sua atividade mas também as que se remetem ao conjunto da sociedade, demandando a solidariedade ativa de todos, dado que todos são reféns deste momento sinistro, de cuja superação dependemos todos para reinstalarmos prospectos de vida e de sociedade nos quais vale a pena viver.

Vale a ressalva quanto a considerar os aspectos mais gerais que incidem sobre as virtualidades da educação que esta, contrariamente a um certo senso comum, não assegura, por si mesma, destinos virtuosos aos indivíduos, ou à sociedade. Há educações libertárias e conformistas, educação universalista e humanista, especializada ou instrumental, educação para a vida e educação para o mercado. Como tristemente constatamos em nosso país nestes anos recentes, algumas opções políticas mais desastrosas, mais irresponsáveis, mais danosas, mais afrontosas a direitos e liberdades foram feitas pelas camadas sociais com educação superior, com educação formal mais avançada. Esta condição privilegiada, em termos

de conhecimento, não tem necessariamente correspondência com uma consciência adequada em termos dos processos históricos correntes, estando talvez mais em sintonia com os versos de Bob Marley,

Building church and university, wooh, yeah!

Deceiving the people continually, yeah!

Me say them graduatin' thieves and murderers

Look out now they suckin' the blood of the sufferers

A educação e seus agentes, suas práticas e instituições não estão pois num vácuo, não tem uma natureza intrínseca, essencialista. Estão inseridas em, e são parte de um modelo de sociedade que define seus parâmetros. São estes que agora, um domínio político regressivo de ocasião pretende modificar, por meio de uma inflexão obscurantista.

Se tiverem êxito, as escolas deixarão de ser um sistema educativo promissor, que se já anda mal das pernas, terá estas quebradas de vez; se tornará uma instituição detestada pelos alunos, comprometendo sua formação, aprisionando-os nos tenazes da mediocridade, tornando sombrio seu futuro. Se o desmonte e o ataque às universidades prosseguir, provavelmente será vindicada, para nosso consumo próprio, a afirmação que Bernard Shaw fez para o caso do Reino Unido, *A fool's brain digests philosophy into folly, science into superstition, and art into pedantry*. O dano não será apenas pessoal, mas da sociedade em seu conjunto.

Mais uma vez somos convocados – os que não se deixam atrair por enganosos mitos e farsescas propostas, corromper por apelos demagógicos, nem se deixam intimidar pelos dentes raivosos à mostra da reação -, ao engajamento de uma luta política sem tréguas e concessões para resguardar liberdades e promover direitos numa *pólis* reposta em seus fundamentos, numa *civitas* digna de seus membros, numa *república* alinhada a seus cidadãos.

Da Paideia a Montaigne, de Rousseau a Raul Pompeia, de Bernard Shaw a Maurício Tragtenberg, de Stefan Zweig a Pierre Bourdieu, de Maria Montessori à Emilia Ferreiro, de Ingmar Bergman à Rubem Alves, de Robert Musil a Paulo Freire, de Bertrand Russell a Florestan Fernandes, para citar aleatoriamente algumas notáveis cabeças pensantes, não faltaram críticas, questionamentos, ironias ou denúncias sobre abordagens pedagógicas, métodos de ensino, instituições educativas caducas, decrépitas, anacrônicas.

Educação não é tarefa só de educadores, menos ainda das famílias ou de instituições; certamente passa por aí, mas não se reduz nem a agentes privilegiados, nem a aparatos burocratizados. A aprendizagem se dá por vários canais, por meio de interações múltiplas, pela interlocução de vários protagonistas. Se em algum momento do processo educativo há um ponto terminal, sancionado por um certificado ou diploma, o fato é que nunca se para de aprender, há sempre algo desconhecido que se é desafiado a desvendar, uma realidade modificada que demanda ser compreendida, uma ignorância que precisa ser superada, se é que quisermos ou formos obrigados pelas circunstância de vida ou de trabalho mantermo-nos à superfície do mar revolto da existência.

Certamente é necessária uma correlação entre formação, aprendizagem e treinamento com os requerimentos sócio-estruturais para fazer a sociedade funcionar, mas isto não precisa se dar numa camisa-de-força cognitiva que ratifica a separação de saberes, nem que distribua desigualmente o acesso ao conhecimento, ou confira privilégios para uns enquanto deprecia outros tão somente pelas distintas áreas de estudo em que se embrenharam e que lhes dão diferentes perspectivas profissionais.

A educação, sua necessidade, suas promessas e potencialidades seja para conferir habilidades específicas, formar personalidades, atribuir sentido à existência tornando-a mais plena, seja para delinear configurações sociais ampliadas é, pois, uma tarefa para a sociedade. Do que decorre que só teremos uma educação que faça jus a que se propõe se tivermos uma sociedade cujas estruturas, práticas e processos apontem para a realização crescente de esferas participacionistas, libertárias e emancipadoras.

É certo que a própria educação, enquanto prática específica, tem sido apontada como um dos pressupostos de tais possibilidades, mas também é certo que não se pode conferir a ela um protagonismo idealizado, que serve muitas vezes para deslocar a compreensão de outras estruturas, tanto as que impedem tais desenvolvimentos, tanto as que os favorecem.

A ironia, de calamitosas consequências, é que da tão propalada essencialidade da educação pessoal e de sua extensão universal via sistema educacional na modernidade, a educação tem sido na prática de sua formulação, implementação e

financiamento enquanto políticas públicas e enquanto valorização socioprofissional de seu agente principal, o docente, uma área relegada, uma instância de segunda classe que apenas se mantém, ou mantém parâmetros mínimos pela abnegação de seus imediatos protagonistas.

Não há dúvida estarmos, sob o governo do ex-capitão com tendências fascistoides e seus militantes e incrivelmente obtusos ministros da educação, num terrível momento de depreciação da ciência, de desqualificação do conhecimento, de ataques à universidade, de calúnias infamantes aos professores, de proposições de ensino escabrosas.

Que este escavar fundo no poço do obscurantismo tenha quebrados seus instrumentos perfurantes pela resistência dos esclarecidos, dos inconformados, dos que ao negar, com o ímpeto de suas lutas, a vigência e a progressão da barbárie, afirmem a possibilidade de um novo amanhecer, eis aí uma boa agenda celebrativa para o dia do professor deste ano pandêmico e, aliás, para todos os outros dias deste e dos próximos anos.

* **Remy J. Fontana**, *sociólogo, é professor aposentado do Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC*